

1. Introdução

O objetivo desta dissertação é investigar a crítica de Domingos José Gonçalves de Magalhães ao Estado-Nação brasileiro oitocentista em construção. O autor fluminense apontava para a ação imoral daqueles que compunham o *mundo do governo*, uma vez que atuavam em pleno fluxo apenas a partir de seus mais imediatos desejos.

Buscamos evidenciar a opção de Magalhães pela formação de um Estado-Nação que resguardasse a ordem, mas que não fosse considerado, no entanto, como o elemento mais importante na arquitetura da sociedade. Analisaremos a obra do autor fluminense como fazendo parte da tradição liberal moral kantiana. Isto quer dizer que falaremos de um autor preocupado com a liberdade de reflexão, mas também com a atuação responsável, desde um diálogo com as vozes que compunham o *mundo do governo*.

Assim, a partir da *reflexão*, ou seja, do **espírito filosófico**, assim como da consciência de **finitude**, Magalhães pretendeu construir um Estado-Nação dialogal e respeitador das individualidades de todos aqueles que compunham o Império do Brasil. Um Estado representante de acordos apenas provisórios, construídos entre aqueles racionais, porém entes sabedores de sua incompletude, da necessidade de ouvir o outro, se preparado estivesse.

Investigaremos, também, como Magalhães aproximou a noção de consciência de si, isto é, a necessidade de uma reflexão que se afastasse do mundo dos fenômenos – aquilo que é resultado e não causa –, da idéia de finitude, de incompletude, logo, a convicção, em última instância, de que aquele primeiro movimento é fundamental, porém sempre em processo, a caminho. Quero dizer, analisaremos o que propunha o autor fluminense como sendo posturas capazes de revolver e de reformar o Estado-Nação em construção.

Ocorre que a crítica de Magalhães ao Estado conservador, ao sentido atribuído ao Estado-Nação que estava sendo forjado, não pode ser vista como apenas retórica ou mesmo moderada. Pretendemos apontar para a radicalidade do discurso de

Magalhães, uma vez que punha em xeque o elemento fundador da *re-cunhagem* da moeda colonial – para usar um termo de Ilmar R. de Mattos – a saber, a escravidão do africano.

Gonçalves de Magalhães apontava para a escravidão como a mais espúria herança colonial, elemento que teria sido capaz de imobilizar a construção da Nação brasileira por ele desejada. Melhor dizendo, todos estavam distantes uns dos outros, não se sentiam participantes de uma mesma comunidade. Ocorre que desde pequenos eram satisfeitos em todos os desejos mais idiossincráticos. Em pleno fluxo, eram o próprio corpo animal. Não refletiam, não buscavam matizar tudo aquilo que lhes era apresentado imediatamente como real, como satisfação plena. Viviam, diria o autor fluminense, num sempre querer mais que não permitia que se lançassem ao movimento de reflexão e alcançassem a consciência de finitude, enfim, atenção em relação aos movimentos do mundo e cuidado para com os outros.

Consideravam-se supra-humanos e por isso capazes de civilizar todos os demais que se encontravam na barbárie e/ou na selvageria. Buscaremos demonstrar que, segundo Magalhães, havia a necessidade de se efetuar uma reforma significativa naquela sociedade. Tal movimento deveria ocorrer de dentro do próprio *mundo do governo*, da *boa sociedade*, mas para isso, todos deveriam abandonar seus hábitos e ambições mais mesquinhas, despreocupação com o mundo. Tinham de parar e atentar-se para si mesmos, para suas potencialidades e limites, buscando com os outros semelhantes a eles os acordos necessários à construção de uma *comunidade imaginada* que não anulasse o que é da ordem do individual¹. Enfim, liberdade inalienável.

Um Estado forte, construído sob a égide da centralização monárquica apenas funcionaria se os homens fossem suficientemente fortes para entender que suas reflexões e atuações eram necessárias, porém humanas, portanto construídas a partir da própria finitude. De nada adiantariam movimentos como a interpretação do Ato Adicional (1840) e a reforma do Código do Processo Criminal (1841). Os homens alocados nas novas funções, fato que ocorreu com a política dos prefeitos no Maranhão, continuariam a atuar a partir de seus puros desejos, afastando ainda mais

¹ Cf. ANDERSON, B. 1989.

as províncias e os municípios do poder central. Como podemos ver, os olhos do *panopticon* não podiam e nem queriam perceber muito além de seus imediatos entornos.

Perceberemos que para Magalhães a solução mais profícua não era aquela da força, da espada. Ela resolvia momentaneamente, fazendo continuar um movimento que deveria ser reformado em sua totalidade. “Pacificava” levantes criando e acirrando ódios, ignomínia. Era criada uma Nação, cujos participantes eram levados a se imaginar compartilhando as mesmas origens, problemas e possibilidades, porém, homens distantes que pouco convencidos estavam de tal ficção. Magalhães, assim como alertara Vieira num outro lugar e noutra direção, afirmava que a conversão à Nação dependia muito do querer do próprio converso, procedia das assertivas construídas por uma inteligência livre, porém consciente de sua incompletude e da necessidade de ouvir. Um encontro entre indivíduo e sociedade, no qual este não eliminaria aquele nem vice-versa. Liberdade e autoridade, nessa ordem.

Analisaremos, a partir de agora, como Magalhães construiu sua crítica ao Estado-Nação Conservador oitocentista, assim como suas indicações para as reformas necessárias. Adiantamos que seu projeto não foi o vitorioso, que pouco espaço encontrou para se desenvolver. Buscou compulsivamente, por meio de várias formas, concretizar seu projeto civilizador. Foi poeta, filósofo, político, diplomata, historiador. Fez os seus textos visíveis, exclamou em voz alta suas reflexões, produziu até os últimos anos de sua vida. Acompanhou Caxias no movimento de “pacificação” da Balaiada e o resultado de sua pregação, mesmo que tímido no geral, aparece, por exemplo, no discurso reticente daquele militar ao entregar os cargos de presidente de província e de comandante-em-chefe, que em breve teremos a oportunidade de conhecer.